



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho Distrital de Lisboa

> Parecer do CDL, Consulta n.º 4/2014, de 22 de Agosto de 2014

Assunto: Sigilo profissional

CONSULTA

Por Ofício que deu entrada no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados no passado dia 8 de Janeiro de 2014 com o nº -, veio o Exmo. Sr. Procurador-Adjunto da - dos Serviços do Ministério Público de -, solicitar a emissão sobre a eventual possibilidade de ser ouvida a Testemunha melhor identificada no referido Ofício.

A fim de delimitar o âmbito do pedido de Parecer, o Sr. Procurador-Adjunto, refere o seguinte:

- a) O denunciante nos autos identificados no Ofício é Advogado e mandatário de uma das Partes em processo de regulação de responsabilidades parentais;
- b) A Testemunha é, por seu lado, mandatária da outra parte no mesmo processo de regulação (que, por sua vez, é arguido no processo-crime em curso);
- c) Segundo o denunciante, no dia 11 de Abril de 2013, junto à porta de vidro que dá acesso às secretarias dos Juízos de Família e Menores de -, após diligência que terá tido lugar nesse processo (conferência de pais), o arguido terá proferido diversas expressões que o denunciante considera aptas a ofender a sua honra, consideração e bom nome (pessoal e profissional) e igualmente aptas a causar receio e medo na sua pessoa.
- d) Expressões essas que constituem o objecto de denúncia apresentada.

Mais é dito pelo Sr. Procurador-Adjunto que os factos quanto aos quais pretende ouvir a Testemunha configuram a eventual prática de um crime de injúria agravada, sendo o seu depoimento essencial à boa decisão dos autos, uma vez que os depoimentos coligidos nos autos se resumem à versão do denunciante (interessado na causa) e da cliente do denunciante (parte contrária em diversos outros processos em que é igualmente interveniente o arguido).



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

De forma a instruir o pedido, foi também enviada a este Conselho Distrital cópia da denúncia e de autos de inquirição, incluindo auto de inquirição da Testemunha em causa, a qual terá dito ser seu entendimento *“que só poderá prestar testemunho após o levantamento de sigilo pelo órgão competente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados que o Digníssimo Tribunal poderá requerer o seu levantamento caso assim o entenda.”*

INFORMAÇÃO SINTÉTICA

Dispõe a alínea f) do n.º 1 do artigo 50º do Estatuto da Ordem dos Advogados (E.O.A.), que cabe a cada um dos Conselhos Distritais da Ordem dos Advogados, no âmbito da sua competência territorial, *“pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional”*.

Tem sido entendido pela jurisprudência da Ordem dos Advogados que estas *“questões de carácter profissional”* serão aquelas de natureza intrinsecamente estatutárias, ou seja, que decorrem dos princípios, regras, usos e praxes que comandam ou orientam o exercício da Advocacia, nomeadamente os que relevam das normas do E.O.A., do regime jurídico das sociedades de Advogados e do universo de normas emergentes do poder regulamentar próprio reconhecido por lei aos órgãos da Ordem.

Isto quer dizer, por outras palavras, que as matérias sobre as quais a Ordem se deve pronunciar para efeitos do referido artigo deverão circunscrever-se à matéria relacionada com o exercício da profissão.

Ora, em face da questão colocada, não temos dúvidas de que a questão colocada à apreciação deste Conselho Distrital, estritamente ligada à apreciação sobre se determinada Advogada estará ou não abrangida pelo sigilo profissional (e se, por essa razão, poderá, ou não prestar testemunho em processo-crime pendente) configura uma *“questão de carácter profissional”*, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 50º do Estatuto da Ordem dos Advogados (doravante EOA), que define a competência material do Conselho, pelo que há que proceder à emissão de parecer quanto à questão colocada.

Nunca é de mais repetir que o segredo profissional constitui um dos elementos estruturantes da profissão.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

O princípio do dever de guardar segredo profissional consolidou-se ao longo dos tempos, não só nas leis que a consagram, como na importância que assume o elo de confiança entre o cliente e o advogado, o qual conforma a opção do legislador.

Defendê-lo e preservá-lo é uma obrigação primeira da Advocacia, sob pena de se ver desfigurado aquilo que é a essência da profissão.

Como se tem escrito sempre que os órgãos desta Ordem são chamados a pronunciar-se sobre os fundamentos e o alcance do instituto do sigilo profissional, **se ao Advogado não fosse reconhecido o direito de guardar para si, e só para si, o conhecimento de tudo quanto o cliente, directamente ou por via de terceiros, lhe confiou, ou não fosse obrigado a reservar a informação que obteve no exercício do mandato, então não haveria autêntica advocacia.**

O segredo profissional representa a **blindagem normativa e a garantia legal inamovível** contra as tentações de se obter confissão por interposta pessoa e contra a violação do direito à intimidade. É a garantia de existência de uma advocacia que para ser autêntica, tem de ser **livre e independente.**¹

Bem a propósito, o Dr. António Arnaut, ilustríssimo Advogado, frisa esta ideia por nós também partilhada, ao escrever que **“o dever de guardar segredo profissional é uma regra de ouro da Advocacia e um dos mais sagrados princípios deontológicos. Foi sempre considerado honra e timbre da profissão, condição sine qua non da sua plena dignidade”**².

Segundo entendimento já adoptado por anterior Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados³, existem **três grandes ordens de razões** que estão na origem da consagração estatutária do dever do Advogado guardar segredo profissional sobre factos e documentos, dos quais tome conhecimento no exercício da profissão:

*“a) a indispensabilidade de tutelar e garantir a **relação de confiança** entre o Advogado e o cliente;*

*b) o **interesse público** da função do Advogado enquanto agente activo da administração da justiça;*

¹ Parecer do Conselho Distrital de Lisboa nº 2/02, aprovado em 6.2.2002, e no qual foi relator o Dr José Mário Ferreira de Almeida.

² “Introdução à Advocacia: História – Deontologia, Questões Práticas”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 1996, p. 65

³ Parecer do Conselho Distrital de Lisboa nº 02/01, no qual foi relator o Dr José Ferreira de Almeida, e aprovado em sessão plenária no dia 13.03.2003



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

c) a garantia do papel do Advogado na **composição extrajudicial de conflitos**, contribuindo para a paz social.”

O segredo profissional é, pois, **um direito e uma obrigação fundamental e primordial do advogado**. É parte essencial da função do advogado ser o depositário dos segredos do seu cliente e o destinatário de informações baseadas na confiança. E, sem a garantia de confidencialidade não pode existir confiança⁴.

Assim, pode-se ler no art. 87º do EOA, sob a epígrafe “Segredo Profissional” que:

“1 - O advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços, designadamente:

a) A factos referentes a assuntos profissionais conhecidos, exclusivamente, por revelação do cliente ou revelados por ordem deste;

b) A factos de que tenha tido conhecimento em virtude de cargo desempenhado na Ordem dos Advogados;

c) A factos referentes a assuntos profissionais comunicados por colega com o qual esteja associado ou ao qual preste colaboração;

d) A factos comunicados por co-autor, co-réu ou co-interessado do seu constituinte ou pelo respectivo representante;

e) A factos de que a parte contrária do cliente ou respectivos representantes lhe tenham dado conhecimento durante negociações para acordo que vise pôr termo ao diferendo ou litígio;

f) A factos de que tenha tido conhecimento no âmbito de quaisquer negociações malogradas, orais ou escritas, em que tenha intervindo.

2 - A obrigação do segredo profissional existe quer o serviço solicitado ou cometido ao advogado envolva ou não representação judicial ou extrajudicial, quer deva ou não ser remunerado, quer o advogado haja ou não chegado a aceitar e a desempenhar a representação ou serviço, o mesmo acontecendo para todos os advogados que, directa ou indirectamente, tenham qualquer intervenção no serviço.

3. O segredo profissional abrange ainda documentos ou outras coisas que se relacionem, directa ou indirectamente, com os factos sujeitos a sigilo (...).”

⁴ Cfr Código de Deontologia dos Advogados Europeus (versão portuguesa aprovada pela Deliberação do Conselho Geral n.º 2511/2007), 2.3.1



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

No entanto, **não se pode interpretar literalmente** o conteúdo, sobretudo, do nº1 do art. 87º do EOA pois se assim fosse, **todos os factos - sem qualquer distinção - que chegassem ao conhecimento do Advogado estariam sempre sujeitos a sigilo.**

Tal interpretação maximalista, e, digamos, desenquadrada do espírito do sistema colocar-nos-ia perante **soluções totalmente desprovidas de sentido.**

Basta-nos ver que **até os próprios factos transmitidos pelo cliente ao Advogado** a fim de serem dados a conhecer em Juízo, estariam, como tal e a enveredar por uma interpretação apenas **literal** do regime do sigilo profissional, sempre sujeitos a esta obrigação - necessitando da respectiva dispensa sempre que algum Advogado quisesse construir, até, uma qualquer petição inicial - de tal forma difícil se tornaria o exercício da profissão, que quase nada um Advogado poderia fazer sem solicitar a dispensa do sigilo profissional. De facto, não é isso que se pretende.

O segredo profissional, cuja essencialidade nunca é de mais recordar, constitui uma **garantia para o cidadão-cliente**⁵ de que, uma vez revelado ao advogado um determinado facto, este entra para um **"cofre forte" que é selado por aquela obrigação.**

Mas o que seja segredo tem de ser aferido por várias **vias/índices:**

- 1) Pela **forma** como o conhecimento dos factos chegou ao advogado e quem os revelou e respectivas circunstâncias envolventes.
- 2) Pelo **teor** dos factos em si, o que ajuda a perceber se tem ou não a natureza de segredo, pois **nem tudo o que é revelado ao advogado é um segredo;**

Olhando para o regime jurídico em vigor mas, mais do que tudo, para o que tem a Lei em vista, somos, pois, da opinião que serão sigilosos aqueles factos relativamente aos quais **seja de concluir que quem os confiou ao Advogado, nomeadamente o seu cliente** (ainda que não só, como poderá acontecer no caso de negociações entre as partes, acompanhadas por Advogado), **tinha um interesse objectivo, face à relação de confiança existente, em que se mantivessem reservados**⁶. Conclusão a ser retirada por auxílio aos **índices** que atrás tivemos oportunidade de realçar.

⁵ E outras pessoas que em determinadas circunstâncias entram em contacto com o Advogado, como é o caso típico da contraparte, em sede de negociações.

⁶ Posição semelhante podemos encontrar em Rodrigo Santiago, *Considerações acerca do regime estatutário do segredo profissional dos advogados*", Revista da Ordem dos Advogados, 57, Janeiro de 1997, p. 229.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

No presente caso, e pelo que se retira da documentação enviada pelo Sr. Procurador-Adjunto, o depoimento a prestar prender-se-á somente com o que a Testemunha (Advogada) terá, ou não, presenciado e ouvido, junto à porta de vidro que dá acesso às secretarias dos Juízos de Família e Menores de - , após diligência que terá tido lugar em processo de regulação de responsabilidades parentais.

É verdade que a Testemunha em causa estava no local no exercício das suas funções de Advogada do seu cliente. Contudo, também nos parece que a Testemunha estaria, naquele momento, num local público e que os factos que terá presenciado não lhe foram transmitidos, nem chegaram ao seu conhecimento, no âmbito de uma qualquer relação de confidencialidade com a sua cliente ou com terceiros. Aliás, em momento algum se refere na documentação (incluindo no auto de inquirição da Testemunha) que a Advogada em causa terá tido alguma intervenção no comportamento ou nas palavras que terão sido (ou não) ditas pelo seu cliente. Ao invés, tudo indica que a mesma terá sido um mero terceiro em relação aos factos ocorridos, como seria qualquer outra pessoa que ali e naquele momento se encontrasse.

A ser assim, somos da opinião que a Testemunha não estará vinculada pelo dever de sigilo, podendo assim ser ouvida sobre aquilo que terá sido dito (ou não) pelo seu cliente ao denunciante e à sua cliente, no dia 11 de Abril de 2013, junto à porta de vidro que dá acesso às secretarias dos Juízos de Família e Menores de - .

Não podemos, contudo, terminar sem realçar que a nossa apreciação diz apenas abrange os factos evidenciados no anterior parágrafo, e não poderá ser entendida como uma pronúncia sobre quaisquer outros factos relativamente aos quais o Ministério Público entenda inquirir a Testemunha que não sejam aqueles.

Em Conclusão:

- 1) Não se pode interpretar literalmente o conteúdo do texto previsto no nº1 do art. 87º do EOA pois se assim fosse, todos os factos - sem qualquer distinção - que chegassem ao conhecimento de um Advogado estariam sempre sujeitos a sigilo.

Com efeito,



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

- 2) O que está, ou não, abrangido pelo dever de sigilo profissional, tem de ser **aferido por várias vias/índices:**
- i) Pela **forma** como o conhecimento de certos factos chegou ao Advogado;
 - ii) **Quem os revelou** e respectivas circunstâncias envolventes.
 - iii) Pelo **teor dos factos em si**, o que ajuda a perceber se tem ou não a natureza de segredo, pois nem tudo o que é revelado ao Advogado é um segredo;
- 3) Em nossa opinião, a circunstância de um Advogado se encontrar num determinado local (de natureza pública) onde terá presenciado palavras que foram dirigidas pelo seu cliente a terceiro - **e sem que o Advogado em causa tenha tido qualquer intervenção em tal conduta**, não é suficiente, por si só, para colocar tais factos sob a esfera de protecção do art. 87º do EOA.
- 4) Por isso, entendemos também que nada impede, do ponto de vista do art. 87º do EOA, que a Testemunha deponha sobre aquilo que terá sido dito (ou não) pelo seu cliente, ao denunciante e à cliente desta, no dia 11 de Abril de 2013, junto à porta de vidro que dá acesso às secretarias dos Juízos de Família e Menores de - .

Lisboa, 22 de Agosto de 2014

(O Assessor Jurídico do CDL)

Rui Souto

Lisboa, 22 de Agosto de 2014

(O Vice-Presidente do CDL)

Por delegação de poderes de 5 de Fevereiro de 2014

João Massano